



RELATÓRIO E CONTAS 2008





Sindicalismo Independente,
um Sindicalismo de Classe!

Índice

Reunião do Conselho Geral - Convocatória	07
1. Relatório de Actividades e Proposta de Aplicação de Resultados	09
2. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	15
3. Balanço, Demonstração de Resultados e Notas Explicativas	17
4. Relatório e Parecer dos Auditores	35
5. Evolução das Principais Rúbricas Económico-Financeiras	39
6. SAMS/QUADROS	
Análise de Custos e Comparticipações	43
7. Serviço de Atendimento Jurídico	47
8. Órgãos Sociais	51



Sindicalismo Independente,
uma alternativa de Futuro.

Reunião do Conselho Geral

Convocatória

Nos termos do disposto do nº 1 do Artigo 21º dos Estatutos do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários e para as finalidades previstas na alínea b), p), s) e t) do Art.º 22º dos referidos Estatutos, convoco o Conselho Geral para se reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 31 de Março de 2009 (terça feira), pelas 15:00 horas, no Auditório dos Serviços Centrais, na Rua Pinheiro Chagas, nº 6, em Lisboa, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 - Análise e deliberação sobre o Relatório e Contas de 2008 do SNQTB;
- 2 - Nomeação de um representante para o Conselho de Curadores da Fundação Social do Quadro Bancário;
- 3 - Análise e deliberação sobre Propostas de Alterações do Regulamento dos SAMS/QUADROS;
- 4 - Contratação Colectiva;
- 5 - Informações Gerais.

Nota 1:

Se à hora indicada não estiver presente o número de membros necessários, o Conselho Geral reúne, trinta minutos mais tarde, desde que se encontre presente um terço dos seus elementos, embora só possa deliberar validamente quando estiverem presentes metade e mais um dos Conselheiros;

Nota 2:

A Direcção fará chegar aos Senhores Conselheiros, atempadamente, os documentos que irão ser objecto de análise.

Lisboa, 19 de Março de 2009

O Presidente da Mesa Unificada

Dr. Joaquim Esteves Saloio



AO SERVIÇO DOS QUADROS BANCÁRIOS

ANOS

1900
11890



Relatório de Actividades e Proposta de Aplicação de Resultados

1 - 2008, ano de crises globais

1.1 - A crise económica

Polémicos os tempos em que vivemos! A relativa segurança existente em 2007 e anteriormente passou à história e, um pouco saudosamente, é já hoje evocada como um enorme bem perdido e dificilmente será recuperada.

Na verdade, 2008 tornou-se o ano de todas as crises, o ano em que todas as torpezas e a ganância dos seres humanos vieram à luz do dia pondo em causa toda a forma de criação da riqueza. De repente, a forma demo-liberal vigente no mundo desenvolvido, de que dependia o progresso e o bem estar dos cidadãos, parece ter perdido a sua eficácia e, segundo alguns, inexoravelmente, será deitada no caixote do lixo da História.

Para alguns tudo começou pela crise das “sub-prime” nos EUA. Estes, como única super-potência, têm as costas largas e os europeus, como crónicos ingratos, gostam de exorcizar as suas próprias responsabilidades no estado a que se chegou, apontam os EUA como autores deste, bem pior, “Eixo do Mal”.

No nosso entendimento, a culpa é mesmo dos europeus, dos americanos e da OMC (Organização Mundial do Comércio).

Em nome do comércio livre ou da liberdade de circulação de pessoas e bens abriram-se as portas, sem controlo, aboliram-se as alfândegas e os produtos dos chamados BRIC, com a temível China na liderança, inundaram os países europeus.

A Europa – e depois os EUA – para poder exportar automóveis e aviões para a China, hipotecou os seus têxteis e os sectores de mão-de-obra intensiva. Os resultados não se fizeram esperar. Os têxteis portugueses e depois os de toda a UE começaram a não ter escoamento perante os produtos seus concorrentes de origem asiática. Daí ao encerramento das fábricas têxteis foi um ápice. Noutros sectores de mão-de-obra intensiva aconteceu algo semelhante e, no caso das multinacionais, as deslocalizações para países de baixos salários e sem direitos sociais, foram as soluções naturais, mas injustas.

Como se pode ver, a primeira crise é claramente de natureza económica. Como não há mercado para todos os produtos mais baratos, mesmo sendo de inferior qualidade, acabam por se imporem tal é o seu baixo custo. É, em Portugal e em quase todos os países têxteis europeus, a política do “dumping” chinês em toda a sua extensão.

Por outro lado, o alargamento ou adopção da Europa a 27 países, trouxe um acréscimo de produção a baixos custos salariais dos ex-países de Leste. Com efeito, os novos dez países tornaram-se um paraíso para as multinacionais de vários sectores económicos que para além dos baixos custos de mão-de-obra foram incentivadas com aliciantes e generosas políticas fiscais. Os fundos de coesão europeus tornaram-se insuficientes para tantos países e o BCE encareceu o preço dinheiro com uma política suicida de subidas

consecutivas das taxas de juro. Convém lembrar que este estado político, social e económico ocorreu nos primeiros anos do Séc. XXI.

1.2 - A crise financeira

A meio do ano de 2008 eclodiu nos EUA a famosa crise das “sub-prime” e de que tanto já se falou e escreveu. O mercado imobiliário americano, em consequência das altas taxas de juro e das primeiras levadas de desemprego geradas pela crise económica de que atrás falámos, entrou em situações de incumprimento envolvendo, a princípio, milhares e depois milhões de cidadãos americanos. Os fundos imobiliários hipotecários começaram a perder valor porque os seus rendimentos deixaram de ser pontualmente pagos e tornaram-se produtos de grande risco. Por outro lado, a execução dos seguros de vida associados à habitação descapitalizaram as maiores seguradoras americanas.

Mais. Os produtos financeiros estruturados americanos tendo na sua composição valores imobiliários, que eram altamente disputados no início do século pelos bancos europeus, e com a alta do petróleo e a decomposição das economias ocidentais aperradas por políticas monetárias impostas pelo BCE, ditas medidas anti-inflacionistas,

conduziram à ocorrência de défices excessivos. Para combater estes os governos deixaram de fazer investimentos públicos gerando assim mais desemprego e o colapso de grandes empresas, incluindo financeiras.

2 - A Banca portuguesa

A Banca mundial sofreu em 2008 a maior crise do após guerra. Grandes escândalos financeiros eclodiram neste ano e o maior terá sido a falência da Lemon Brothers e a injeção pelo Governo dos EUA de milhares de milhões de dólares nos maiores bancos e seguradoras americanos.

Na Europa, a onda “nacionalizadora” ou estatizante dos vários governos tem sido igualmente notável. O Reino Unido, a França, a Bélgica, a Holanda, o Luxemburgo, a Áustria e a Suécia têm sido alguns dos países que já “compraram” partes significativas dos capitais sociais de bancos seus.

Em Portugal, os acontecimentos não tiveram a relevância atrás evocada. Por sermos uma economia mais pequena, mas, sobretudo, porque a Banca em Portugal é mais bem gerida que lá fora – temo-lo dito até ao limite – e a supervisão e a implementação rigorosa dos acordos de Basileia, evitaram os excessos estrangeiros.

Mesmo os casos do BPN e do BPP não são generalizáveis. O primeiro, sendo um caso de polícia, tem sobrevivido pela atempada intervenção do Estado e pelo grande profissionalismo dos seus colaboradores. O BPP é uma questão de exiguidade do seu nicho de mercado, que a crise global veio evidenciar, e que poderá ser viabilizado com a paciência de clientes, accionistas e muito trabalho dos trabalhadores e dos seus gestores.

Em suma, a Banca portuguesa, perante a crise mundial e em sua consequência apenas teve menos lucros... até porque os custos de pessoal continuaram a ser esmagados.

3 - O XXV Aniversário do Sindicato

Foi quase no segundo semestre de 2008 que o nosso Sindicato começou a celebrar os seus vinte cinco anos de existência. Em 9 de Junho de 1983 um grupo de quadros e técnicos bancários descontentes com a sua situação profissional e com o mau momento que o País e a Banca viviam, resolveram, apesar de muitas dificuldades e incompreensões, fundar o SNQTB... e assim começaram a escrever uma História de sucesso, que hoje somos!

Os actuais corpos sociais, com vista a comemorar esta efeméride resolveram levar a cabo alguns eventos e espectáculos em Lisboa e no Porto e nas áreas das suas Delegações.

Já foram realizados colóquios seguidos de jantar em Ponta Delgada e Funchal; e espectáculos com ceia no Porto (2) e em Lisboa (2); que foram entusiasticamente participados pelos nossos sócios e cônjuges.

3.1- Evolução Económico Social

Mantendo a tendência de crescimento de há muitos anos, o número de sócios do Sindicato em 2008 situou-se em 15.659 Sócios, ou seja, mais 1.165, o que significa um crescimento relativo de 8,05%.

Quanto às receitas, reiteramos o que dissemos no ano passado, isto é, continua a unilateral política de alguns dos maiores bancos portugueses que pretendem aumentar os seus lucros, o que naturalmente se aceita, também – e de forma autoritária – à custa da contenção e até, se possível, diminuindo a massa salarial dos que vivem exclusivamente do seu trabalho, o que, obviamente, não podemos aceitar. Com efeito, ao reduzir o perímetro das remunerações, ou seja, a base de incidência dos descontos referentes às quotizações para o Sindicato e contribuições para os SAMS, os bancos até podem disponibilizar um maior salário líquido para os seus trabalhadores, mas estão a hipotecar a sua saúde ao asfixiarem financeiramente os seus sindicatos, que são os gestores dos SAMS. Temos feito todos os esforços para combater esta prática insidiosa, sem êxito aparente, para já.

O Sindicato não deixará de levar estas questões até às assembleias gerais de accionistas dos bancos infractores. Esse facto é possível pela nossa política de aquisição em devido tempo de acções dos Bancos cotados no PSI-20.

Em última instância compete aos tribunais o julgamento das acções já intentadas contra alguns bancos (BES, Santander e BBVA, principalmente) e a intentar contra outros quando for achado pertinente.

Igualmente, o Sindicato chamou a atenção pública para o caso do IRS sobre as pensões dos reformados que auferem mais de seiscentos euros. Temos utilizado as mesas das negociações para sensibilizar as administrações das Instituições de Crédito para este pungente drama humano dos nossos ex-colegas de profissão. A grande maioria dos sócios deste Sindicato viu em 2007 a sua pensão ainda mais encurtada.

3.2 - A evolução financeira

Anos	2005	2006	2007	2008
Custos	23.817,8	24.959,9	28.489,1	25.297,6
Contribuições	25.798,7	26.953,4	29.505,0	32.574,7
Margem Bruta	1.971,9	1.993,5	1.015,9	7.277,1

A diferença de margens entre 2008 e os anos anteriores mostra quanto o SAMS/Quadros tem financiado o SNS, a ADSE, e os demais sub-sistemas privados de saúde, o que nos obrigou a inflectir esta política. É preferível, na medida do justo e razoável, financiarmos ou participarmos os nossos sócios e agregados implementando tabelas de participações mais elevadas, sem hipotecar a sustentabilidade futura do nosso Sub-Sistema de Saúde.

Vejamos a evolução verificada de outros indicadores em 2008.

Balanço Variações Patrimoniais (%)

Activo	2006	Tendência	2007	Tendência	2008	Tendência
Imobilizado Corpóreo	25,5%	↗	0,6%	↗	3,0	↗
Imobilizado Financeiro	6,9%	↗	7,9%	↘	10,4	↗
Imobilizado Líquido Total	13,5%	↗	4,8%	↘	6,8	↗
Dívidas de Terceiros	1,9%	↘	12,0%	↗	33,9	↗
Capital ou Activo Circulante	6,7%	↘	2,5%	↗	51,2	↗
Activo Líquido Total	2,5%	↗	1,0%	↘	30,2	↗
Passivo + Situação Líquida	2006		2007		2008	
Reservas + Resultados	3,9%	↗	1,6%	↘	48,2	↗
Passivo	0,1%	↘	0,2%	↗	3,8	↘

Proveitos, Custos e Resultados

Variações Relativas (%)

Activo	2006	Tendência	2007	Tendência	2008	Tendência	
Receitas Operacionais	4,5%	↗	9,4%	↗	10,3	↗	
Custos {	SAMS	4,8%	↗	14,1%	↗	11,2	↘
	FPA	5,2%	↘	16,0%	↗	0,4	↗
	Sindical	5,4%	↗	30,8%	↘	--	
Custos Operacionais	5,6%	↗	12,8%	↗	8,4	↘	
Fornecimentos e Serviços Externos	20,2%	↗	8,3%	↗	9,6	↘	
Custos com o Pessoal	10,7%	↗	7,8%	↗	23,6	↗	
Resultados Operacionais	14,4%	↘	72,7%	↘	--		
Resultados Financeiros	48,8%	↗	26,9%	↗	18,5	↗	
Resultados Correntes	4,8%	↘	48,8%	↘	--		
Resultados Líquidos	6,7%	↘	52,3%	↘	--		

Dos custos há a salientar o elevado crescimento dos custos com pessoal e que têm sobretudo a ver com ingressos de novos colaboradores (+ 6). Há ainda a salientar a agradável evolução dos impostos pagos (conta 63 do POC) decorrentes do nosso contrato com a Vitória – Seguros de Saúde, S.A. Esta evolução positiva só foi possível por uma deliberada e assumida política de aplicação directa das participações pelos nossos serviços dos SAMS/QUADROS.

A poupança geral obtida pela implementação do Artº 19º do Regulamento dos SAMS/Quadros, para além de ser mais vantajosa para os Sócios, alterou profundamente e para melhor, as comparações quanto à evolução dos resultados operacionais, correntes e líquidos.

Há ainda a salientar como factor muito positivo, o aumento dos nossos resultados financeiros que, concorrendo com os resultados operacionais originaram resultados correntes mais significativos.

4 - Proposta de Aplicação de Resultados

Reunida a Direcção e no uso das suas competências estatutárias, avaliado o resultado líquido do exercício e o resultado transitado do exercício anterior, no valor de 7.356.796,17 €, delibera propor as seguintes aplicações:

Proposta de Aplicação de Resultados	2008
Reserva Legal	100.000,00
Reserva Especial de Greve	–
Reserva do Fundo Privativo de Assistência	500.000,00
Reserva para Garantia de Benefícios	2.700.000,00
Reserva Especial de Investimento	1.000.000,00
Reserva para a Fundação Social do Quadro Bancário	3.000.000,00
Resultados Transítados	56.796,17
Total	7.356.796,17

Lisboa, 27 de Março de 2009

A DIRECÇÃO

Afonso Pires Diz
João da Rocha Oliveira e Silva
Maria Cesaltina Henriques
Dário Alves Águia
Rui Daniel Rodrigues de Freitas Sousa
Francisco José D'Almada Burquete
António José Andrade da Silva Vale
José Manuel Mendes Gonçalves
Manuela Alves Delgado



2

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Conselheiros,

1. Nos termos do mandato e das competências que nos estão atribuídas pelo Artigo 28º dos Estatutos, apresentamos o nosso parecer sobre o Relatório da Direcção, que inclui a Demonstração de Resultados e o Balanço, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.
2. No desenvolvimento dos nossos trabalhos verificámos as contas com a regularidade e profundidade que considerámos necessária, contámos sempre com a colaboração da Direcção e dos Serviços do Sindicato, em termos de disponibilidade das informações solicitadas.
3. No âmbito das nossas funções verificámos que:
 - a. O Balanço mantém a tendência confortável dos últimos anos.
 - b. A Demonstração de Resultados reflete claramente a evolução bastante positiva da actividade do Sindicato.
 - c. O Relatório da Direcção é suficientemente esclarecedor da actividade desenvolvida pelo Sindicato durante 2008.
 - d. A proposta de aplicação de resultados está de acordo com as disposições legais e estatutárias.
4. Deste modo, damos o nosso parecer favorável para que o Conselho Geral:
 - a. Aprove nos termos do Artigo 22º dos Estatutos, o Balanço a Demonstração de Resultados e o Relatório da Direcção, respeitantes ao Exercício de 2008 do Sindicato, conforme foram apresentados pela Direcção.
 - b. Aprove a proposta da Direcção de Aplicação de Resultados.
5. Finalmente, desejamos expressar a nossa confiança e o nosso agradecimento à Direcção e a todos os colaboradores do Sindicato, pela dedicação e extraordinário desempenho que revelaram ao longo do ano 2008.

Lisboa, 27 de Março de 2009

O Conselho Fiscal

*Ana Cristina Gouveia
Paula Oliveira e Silva
Luis Silva Rosa*



3

Balanço, Demonstração de Resultados,
e Notas Explicativas

Balço Integrado (SAMS/SNQTB/FPA/GALP)

31-12-2008

CÓDIGO DAS CONTAS		NOTAS	EXERCÍCIOS			
CEE	POC		2008			2007
			A B	A P	A L	A L
		ACTIVO				
		IMOBILIZADO:				
C		IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:				
I	3 434	Trespases	—	—	—	—
II		IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:	3			
	1 421	Terrenos e recursos naturais	656.935,88 €	—	656.935,88 €	656.935,88 €
	1 422	Edifícios e outras construções	4.090.824,62 €	627.216,34 €	3.463.608,28 €	3.545.424,78 €
	3 426	Equipamento administrativo	1.450.062,55 €	1.177.589,89 €	272.472,66 €	257.650,76 €
	3 429	Outras imobilizações corpóreas	66.874,69 €	36.916,72 €	29.957,97 €	30.370,02 €
	3 441	Imobilizações em curso	306.118,26 €	—	306.118,26 €	98.191,95 €
			6.570.816,00 €	1.841.722,95 €	4.729.093,05 €	4.588.573,39 €
III		INVESTIMENTOS FINANCEIROS:	4			
	41232	Títulos de participação	3.074,09 €	—	3.074,09 €	3.074,09 €
	41231	Obrigações	2.135.681,50 €	—	2.135.681,50 €	2.091.681,50 €
	4113+414+415	Títulos e outras aplicações financeiras	5.030.372,09 €	—	5.030.372,09 €	4.400.338,43 €
			7.169.127,68 €		7.169.127,68 €	6.495.094,02 €
II		DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO:				
	1 2111	Sócios - SAMS	1.068.228,20 €	23.667,97 €	1.044.560,23 €	561.277,62 €
	1 2112	Sócios - FPA	350.177,00 €	29.210,18 €	320.966,82 €	229.634,86 €
	1 2113	Sócios - Turismo	11.647,77 €	—	11.647,77 €	15.890,62 €
	1 2114	Sócios - Sindicato	13.849,87 €	—	13.849,87 €	22.107,06 €
	1 213/7	Clientes - Outros	5.024,11 €	—	5.024,11 €	5.024,11 €
	4 229	Pagamentos antecipados	4.836.691,04 €	—	4.836.691,04 €	1.633.529,53 €
	4 24	Estado e outros Entes Públicos	114.401,04 €	—	114.401,04 €	80.304,67 €
	4 262+266/7/8+221	Outros devedores	3.567.334,04 €	—	3.567.334,04 €	2.996.039,24 €
			9.967.353,07 €	52.878,15 €	9.914.474,92 €	5.543.807,71 €
III		TÍTULOS NEGOCIÁVEIS				
	3 1513+1523+153/9	Outros títulos negociáveis	443.758,73 €	—	443.758,73 €	190.000,00 €
			443.758,73 €	—	443.758,73 €	190.000,00 €
IV		DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA				
	12+13+14	Depósitos bancários	7.728.921,41 €	—	7.728.921,41 €	4.353.720,44 €
	11	Caixa	3.732,23 €	—	3.732,23 €	4.036,57 €
			7.732.653,64 €	—	7.732.653,64 €	4.357.757,01 €
E		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:				
	271	Acréscimos de proveitos	51.092,64 €	—	51.092,64 €	31.426,06 €
	272	Custos diferidos	26.475,59 €	—	26.475,59 €	32.626,74 €
			77.568,23 €	—	77.568,23 €	64.052,80 €
TOTAL AMORTIZAÇÕES			—	1.841.722,95 €	—	—
TOTAL PROVISÕES			—	52.878,15 €	—	—
TOTAL DO ACTIVO			31.961.277,35 €	1.894.601,10 €	30.066.676,25 €	21.239.284,93 €

Balanço Integrado (SAMS/SNQTB/FPA/GALP)

31-12-2008

CÓDIGO DAS CONTAS		NOTAS	EXERCÍCIOS	
CEE	POC		2008	2007
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
IV		RESERVAS:		
1/2	571	Reserva legal	1.000.000,00 €	1.000.000,00 €
	5741	Reserva especial de greve	1.100.000,00 €	1.000.000,00 €
	5743	Reserva Fundo Privativo de Assistência	500.000,00 €	500.000,00 €
	5744	Reserva especial de investimento	4.000.000,00 €	3.800.000,00 €
	5746	Reserva p/ Fundação Social do Quadro Bancário	—	—
	5747	Reserva p/ Garantia de Benefícios	8.300.000,00 €	8.000.000,00 €
V	59	Resultados transitados	83.856,57 €	33.508,49 €
VI	88	Resultado líquido do exercício	7.272.939,60 €	750.348,08 €
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO			22.356.796,17 €	15.083.856,57 €
B		PROVISÕES P/ RISCOS E ENCARGOS:		
3	29802	Directiva 19	—	—
3	29803	Pagamentos antecipados	—	—
3	29809	Outros	—	—
			—	—
C		DÍVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO:		
8	2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	—	—
C		DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO:		
4	221	Fornecedores, c/c	14 3.109.805,01 €	3.010.166,72 €
8	228	Fornecedores, facturas em recepção e conferência	15 3.784.517,78 €	—
8	24	Estado e outros entes públicos	16 202.676,05 €	189.800,72 €
8	262/5+267/8+211+231	Outros Credores	17 385.777,15 €	453.590,55 €
			7.482.775,99 €	3.653.557,99 €
E		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:		
	273	Acréscimos de custos	18 227.104,09 €	2.501.270,37 €
	274	Proveitos diferidos	—	600,00 €
			227.104,09 €	2.501.870,37 €
TOTAL DO PASSIVO			7.709.880,08 €	6.155.428,36 €
D		TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	30.066.676,25 €	21.239.284,93 €

O TÉCNICO DE CONTAS
Dr.ª. Isabel Maria Barata Oliveira

CONTAS AUDITADAS POR
Dr. Francisco Xavier Alves

A DIRECÇÃO
Dr. Afonso Diz e Dr. António Vale

CONTAS APROVADAS EM
31 Março de 2009

Demonstração de Resultados Integrado (SAMS/SNQTB/FPA/GALP) 31-12-2008

CÓDIGO DAS CONTAS		NOTAS	EXERCÍCIOS			
CEE	POC		2008		2007	
A CUSTOS E PERDAS						
2.a)	61	Actividade Sindical	19			
	6121	Assistência na doença (SAMS)		25.297.639,45 €	—	28.489.149,77 €
	6122	Fundo Privativo de Assistência		1.874.354,53 €	—	1.866.695,78 €
	6129	Actividade Sindical		1.350,00 €	27.173.343,98 €	1.350,00 €
						30.357.195,55 €
2.b)	62	Fornecimentos e serviços externos	20	—	2.102.491,54 €	—
3		Custos com o pessoal:	21			
3.a)	641+642	Remunerações		1.745.011,79 €	—	1.431.009,95 €
3.b)	643/8	Encargos sociais:		433.240,07 €	2.178.251,86 €	331.011,28 €
						1.762.021,23 €
4.a)	66	Amortizações imob. corpóreo e incorpóreo		189.088,45 €	—	203.388,24 €
4.b)	67	Provisões		—	189.088,45 €	—
						203.388,24 €
5	63	Impostos	22	263.685,14 €	—	283.302,75 €
5	65	Outros custos operacionais	23	146.588,76 €	410.273,90 €	77.986,33 €
						361.289,08 €
		(A)				
						32.053.449,73 €
7	Rest. 68 (681/5/7/8)	Juros e custos similares:	27	50.990,33 €	50.990,33 €	32.863,34 €
		(C)				
						32.104.440,06 €
10	69	Custos e perdas extraordinários	28	—	108.283,03 €	—
		(E)				
						74.568,84 €
8+11	86	Impostos s/ rendimento do exercício		—	136.038,86 €	—
		(G)				
						121.463,86 €
						32.348.761,95 €
13	88	Resultado líquido do exercício		—	7.272.939,60 €	—
						750.348,08 €
						39.621.701,55 €
B PROVEITOS E GANHOS						
	721	Contribuições		32.574.686,41 €	—	29.505.057,34 €
	722	Quotizações		4.211.758,01 €	—	3.836.796,27 €
	723	Fundo Privativo de Assistência	24	2.077.457,64 €	—	1.908.101,63 €
1	725	Serviços secundários		45.950,00 €	38.909.852,06 €	50.150,00 €
						35.300.105,24 €
4	73	Proveitos suplementares	25	19.029,71 €	—	16.526,67 €
4	74	Subsídios à exploração				
4	76	Outros proveitos operacionais	26	21.350,61 €	40.380,32 €	39.416,90 €
						55.943,57 €
		(B)				
						38.950.232,38 €
6	784	Rendimentos participações de capital		54.266,78 €	—	54.687,53 €
6	7812/5/6+783	Rendimentos titul. negoc. e aplic. finan.	27	96.070,97 €	—	169.163,42 €
7	7811/3/4/7/8+785-8	Outros juros e proveitos similares		496.831,22 €	647.168,97 €	314.062,32 €
						537.913,27 €
		(D)				
						39.597.401,35 €
9	79	Proveitos e ganhos extraordinários	28	—	24.300,20 €	—
		(F)				
						95.773,41 €
						39.621.701,55 €
						35.989.735,49 €
Resumo:						
Resultados operacionais: (B) - (A) =				6.896.782,65 €		345.557,44 €
Resultados financeiros: [(D) - (B)] - [(C) - (A)] =				596.178,64 €		505.049,93 €
Resultados correntes: (D) - (C) =				7.492.961,29 €		850.607,37 €
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =				7.408.978,46 €		871.811,94 €
Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =				7.272.939,60 €		750.348,08 €

1 - Constituição e Actividade

O Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários foi constituído por escritura pública, publicada no Diário da República de 9 de Junho de 1983, tendo iniciado a sua actividade em 1984.

O SINDICATO representa os quadros e técnicos bancários, ligados por contrato de trabalho às instituições de crédito ou similares, que exerçam funções específicas da actividade bancária.

Constituem receitas do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários a quotização dos sócios e as contribuições para o Fundo Privativo de Assistência e SAMS/QUADROS.

As demonstrações financeiras do SINDICATO incluem os saldos e transacções gerados pelo SAMS/QUADROS – Serviço de Assistência Médico-Social do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários.

O SAMS/QUADROS foi aprovado em sede de negociação da revisão da contratação colectiva em Julho de 1992, tendo sido publicada a referida revisão no Boletim de Trabalho e Emprego em 22 de Agosto de 1992. O início de actividade ocorreu em 1 de Janeiro de 1993, de acordo com a contratação e por força do Regulamento do SAMS/QUADROS, entretanto aprovado, sendo que a gestão do SAMS/QUADROS é exercida, por delegação da Direcção do Sindicato, por um Conselho Directivo.

Tem como objecto a protecção e assistência dos seus sócios na doença, na maternidade e noutras situações afins de carácter social.

Constituem receitas ordinárias do SAMS/QUADROS as contribuições das Instituições Bancárias e dos Empregados Bancários.

2 - Principais Critérios Contabilísticos

a) Geral

As demonstrações financeiras foram preparadas com base num referencial contabilístico que, facultativa e tendencialmente, se enquadra nos princípios contabilísticos consagrados no Plano Oficial de Contabilidade, procurando garantir a relevância, fiabilidade e a informação financeira.

As práticas que, desde sempre, vêm sendo seguidas, resultam de opções de política contabilística que têm presente as características da instituição e o modo de funcionamento das áreas em que opera, na sua actividade ao serviço dos associados.

Nestes termos, as contas foram preparadas com respeito pelos princípios contabilísticos da continuidade, da consistência, do custo histórico, da prudência, da substância sobre a forma e da materialidade.

Conforme vem sendo habitual, não foram reconhecidos, no exercício, os efeitos contabilísticos decorrentes das facturas dos fornecedores referentes a 2008 e que deram entrada nos serviços do Sindicato após 31 de Dezembro. Relativamente aos fornecedores de serviços de saúde, decidiu a Direcção alterar os procedimentos anteriormente seguidos, pelo que não foram reconhecidos os custos das facturas de 2008 e que deram entrada no Sindicato em Janeiro de 2009, assim como não foram considerados os acréscimos de custos resultantes da facturação Mediante Tabela.

Esta alteração deve-se ao facto de ter sido implementada a rotina do registo diário de entrada das facturas, sendo que o montante global das facturas recebidas e em conferência representa as responsabilidades máximas a honrar pelo Sindicato.

(b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas são mostradas ao valor de custo deduzido das amortizações acumuladas.

As amortizações são calculadas sobre o valor de custo às taxas máximas legais e segundo o método das quotas constantes, de forma a reintegrar o imobilizado no fim da sua vida útil estimada.

As despesas de reparação e manutenção corrente do imobilizado sem grande relevo são consideradas como custos do ano em que ocorrem.

As taxas de amortização utilizadas foram as seguintes:

	% anual
Edifícios e outras construções	2
Equipamento Administrativo	12,5 a 33,33
Outras imobilizações corpóreas	12,5 a 25

(c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros estão valorizados ao custo de aquisição.

(d) Imposto sobre o rendimento

O **SINDICATO** não exerce a título principal uma actividade comercial, industrial ou agrícola, pelo que as receitas provenientes da actividade sindical não estão sujeitas a tributação em IRC.

3- Imobilizações Corpóreas

Os movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações foram os seguintes:

	Saldo 01.01.2008	Aumentos	Diminuições	Saldo 31.12.2008
Imobilizações Corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	656.935,88	–	–	656.935,88
Edifícios e outras construções	4.090.824,62	–	–	4.090.824,62
Equipamento administrativo	1.329.848,65	120.383,30	(169,40)	1.450.062,55
Outras imobilizações corpóreas	65.406,79	1.467,90	–	66.874,69
Imobilizações em curso	98.191,95	217.348,45	(9.422,14)	306.118,26
	6.241.207,89	339.199,65	(9.591,54)	6.570.816,00
Amortizações				
Edifícios e outras construções	545.399,84	81.816,50	–	627.216,34
Equipamento administrativo	1.072.197,89	105.392,00	–	1.177.589,89
Outras imobilizações corpóreas	35.036,77	1.879,95	–	36.916,72
	1.652.634,50	189.088,45	–	1.841.722,95
Valor Líquido	4.588.573,39	150.111,20	(9.591,54)	4.729.093,05

4 - Investimentos Financeiros

Estão incluídos nesta rubrica os seguintes títulos:

	2008	2007
Dossier BES	525.361,65	512.721,65
Acções:	522.287,56	509.647,56
Electricidade Portugal	24.688,29	24.688,29
Millennium BCP	38.150,00	34.550,00
Brisa	9.990,00	9.990,00
Portugal Telecom	125.078,20	125.078,20
B. Internacional Funchal	36.774,94	30.774,94
Banco Espírito Santo	219.662,48	219.662,48
GALP Energia	6.889,00	6.889,00
Portucel	21.456,00	21.456,00
REN	18.192,50	18.192,50
ZON Multimédia	18.366,15	18.366,15
EDP Renováveis, SA	3.040,00	
Títulos de Participação:	3.074,09	3.074,09
B. de Fomento Nacional	3.074,09	3.074,09
Dossier Millennium Investimento	889.810,00	405.940,14
Acções:	889.810,00	405.940,14
Millennium BCP	278.734,02	128.384,02
B. Santander, SA	52.380,00	
Iberdrola	30.441,00	30.441,00
European Aeronautic	41.138,00	41.138,00
Banco Bilbao Vizcaya	24.549,00	24.549,00
Banco Pastor	67.195,00	67.195,00
Gas Natural SDG, SA	45.633,12	45.633,12
Banco Popular Español	164.763,53	68.600,00
BPI	184.976,33	
Dossier BPG	2.895.975,04	2.829.775,04
Acções:	860.293,54	794.093,54
Millennium BCP	66.200,00	
B. Português de Gestão	420.000,00	420.000,00
Cª Seguros SAGRES	374.093,54	374.093,54
Obrigações:	2.035.681,50	2.035.681,50
Olivetti 6.125 2009	238.671,50	238.671,50
SGAL 1ª emissão (2014)	1.500.000,00	1.500.000,00
BMW 2.75 09/10	281.010,00	281.010,00
Sagres FRN Perpétuo	16.000,00	16.000,00
Dossier Santander/Totta	10.817,19	9.692,19
Acções:	10.817,19	9.692,19
B. Santander, SA	10.817,19	9.692,19
Dossier BANIF	100.000,00	56.000,00
Obrigações:	100.000,00	56.000,00
Banif 2003-2008		56.000,00
Rentipar Fin. 2008/2012	100.000,00	
Dossier Rothschild	2.506.198,80	2.440.000,00
Acções:	66.198,80	
Millennium BCP	66.198,80	
Fundos:	2.440.000,00	2.440.000,00
F. Invest. Imobiliário (ImoSocial)	2.440.000,00	2.440.000,00
Outros	240.965,00	240.965,00
SGF - S. Gest. Fundos Pensões	205.965,00	205.965,00
Mediação Indep. Seguros, Lda	35.000,00	35.000,00
	7.169.127,68	6.495.094,02

Tendo em conta o carácter de médio/longo prazo dos investimentos, não se efectuou o ajustamento previsto nos critérios de valorimetria definidos no ponto 5.4.3.6 do Plano Oficial de Contabilidade.

5 - Sócios

O saldo desta conta compreende empréstimos concedidos aos sócios, essencialmente para despesas médicas. Estas dívidas não vencem juros e a sua amortização faz-se mensalmente e, excepcionalmente, quando não é efectuada voluntariamente pelo sócio, por retenção de reembolsos de despesas de saúde.

A 31 de Dezembro apresentava os seguintes saldos:

	2008	2007
Sócios - SAMS	1.068.228,20	584.945,59
Sócios - FPA	350.177,00	258.845,04
Sócios - Turismo	11.647,77	15.890,62
Sócios - Sindicato	13.849,87	22.107,06
	1.443.902,84	881.788,31
Provisões p/ Devedores de Cobrança Duvidosa	(52.878,15)	(52.878,15)
	1.391.024,69	828.910,16

6 - Pagamentos Antecipados

Estão incluídas na rubrica "Pagamentos antecipados" as despesas de saúde reembolsáveis dos sócios e que, em parte, constituirão encargos a suportar pelo SAMS/QUADROS e FUNDO PRIVATIVO DE ASSISTÊNCIA.

7 - Estado e Outros Entes Públicos (saldos devedores)

Decompõe-se da seguinte forma:

	2008	2007
Retenção na fonte sobre rendimentos (IRC)	114.401,04	80.304,67
	114.401,04	80.304,67

8 - Outros Devedores

A rubrica "Outros devedores" decompõe-se da seguinte forma:

	2008	2007
Contrib./Quotiz./F.Pensões:		
Contribuições	1.798.823,48	1.781.390,29
Quotizações	241.551,10	238.511,19
Fundo Privativo de Assistência	118.019,56	116.978,66
Fundo de Pensões	15.759,19	22.095,46
Beneficiários c/ +25 anos	15.398,32	11.398,32
Consultores, assessores e intermediários	687.698,07	72.586,61
Outros	690.084,32	693.797,60
	3.567.334,04	2.936.758,13
Provisões p/ outras dívidas de terceiros	–	–
	3.567.334,04	2.936.758,13

Os montantes referidos nas rubricas "Contrib./Quotiz./F.Pensões" correspondem à especialização das contribuições das Instituições Bancárias e dos Sócios referentes ao mês de Dezembro, a receber em Janeiro do ano seguinte.

A rubrica "Consultores, assessores e intermediários" compreende várias verbas, entre as quais o valor entregue a agentes financeiros, para gestão da carteira de títulos e o valor a receber dos sócios relativo à utilização do cartão GALP-Frota.

9 - Títulos Negociáveis

Estão incluídos nesta rubrica os seguintes títulos:

	2008	2007
Acções (negociadas pela Carnegie Investimentos)	190.000,00	190.000,00
Outros títulos (negociados na LusoPartners)	253.758,73	–
	443.758,73	190.000,00

Corre os seus termos uma acção judicial contra a Carnegie Investimentos, em liquidação, com vista à recuperação do saldo desta conta.

Tendo em conta a providência cautelar que, no âmbito do processo, foi já decretada judicialmente, os interesses do Sindicato encontram-se devidamente acautelados.

10 - Depósitos Bancários

	2008	2007
Depósitos à Ordem	5.212.327,60	2.430.903,32
Depósitos a Prazo:		
BCA	653.110,95	633.017,12
Barclays (SAMS)	131.040,87	–
Millennium BCP	1.000.001,00	–
BES	22.560,99	–
Barclays (SIND)	19.952,00	–
Rothschild	–	–
BPG	660.000,00	689.800,00
Barclays (GALP)	29.928,00	600.000,00
	2.516.593,81	1.922.817,12
	7.728.921,41	4.353.720,44

11 - Acréscimos de Proveitos

A rubrica de acréscimos de proveitos refere-se à especialização de juros a receber, relativos às contas de depósitos à ordem e a prazo, assim como das obrigações constantes nos Investimentos Financeiros.

12 - Custos Diferidos

Esta rubrica compreende, essencialmente, a especialização do aluguer das instalações das delegações do SNQTB e de diversos Seguros.

13 - Capital Próprio

O movimento nas rubricas de Capital Próprio, durante o exercício de 2008, foi o seguinte:

	Saldo 01.01.2008	Aumento	Redução	Saldo 31.12.2008
Reserva legal	1.000.000,00	100.000,00	–	1.100.000,00
Reserva especial de greve	1.000.000,00	100.000,00	–	1.100.000,00
Reserva Fundo Privativo de Assistência	500.000,00	–	–	500.000,00
Reserva especial de investimento	3.800.000,00	200.000,00	–	4.000.000,00
Reserva Fundação Social do Quadro Bancário	–	–	–	–
Reserva para garantia de benefícios	8.000.000,00	300.000,00	–	8.300.000,00
	14.300.000,00	700.000,00	–	15.000.000,00
Resultados transitados	33.508,49	750.348,08	(700.000,00)	83.856,57
Resultado líquido do exercício	750.348,08	7.272.939,60	(750.348,08)	7.272.939,60
Valor Líquido	15.083.856,57	8.723.287,68	(1.450.348,08)	22.356.796,17

14 - Fornecedores

Esta rubrica compreende, essencialmente, os saldos em dívida aos prestadores de serviços de saúde à data de 31 de Dezembro de 2008.

15 - Fornecedores, Facturas em Recepção e Conferência

Esta conta diz respeito a facturas dos prestadores de serviços de saúde, entradas nos serviços até 31 de Dezembro e que ainda não foram objecto de conferência. O respectivo montante representa o limite máximo das responsabilidades brutas do Sindicato.

16 - Estado e Outros Entes Públicos (saldos credores)

Decompõe-se da seguinte forma:

	2008	2007
Retenção na fonte sobre rendimentos - IRS e IRC	21.641,11	18.840,61
IRC a pagar	136.038,86	121.463,86
IVA a pagar	4.790,12	18.591,31
Taxa Social Única	40.205,96	30.904,94
	202.676,05	189.800,72

A rubrica IRC a pagar refere-se a tributação relativa à actividade não sindical e que, por isso, não está isenta de tributação em IRC.

A título de exemplo, são passíveis desta tributação os rendimentos das Aplicações Financeiras e do cartão GALP-Frota.

17 - Outros Credores

A rubrica "Outros credores" decompõe-se da seguinte forma:

	2008	2007
Victória Seguros	314.728,58	405.318,87
Fundo de Pensões / Quadros Bancários	–	34.527,68
Outros	71.048,57	12.496,57
	385.777,15	452.343,12

A rubrica "Victoria Seguros" corresponde à especialização do prémio de seguro de saúde e restantes encargos. O saldo evidenciado corresponde ao mês de Dezembro de 2008, a liquidar em 2009.

18 - Acréscimos de Custos

	2008	2007
Férias e Subsídios de Férias a liquidar no ano seguinte	227.051,20	198.781,53
Especialização de custos - participações a pagar	–	2.302.470,46
Outros	52,89	18,38
	227.104,09	2.501.270,37

A rubrica “Especialização de custos – participação” não apresenta saldo, uma vez que, conforme referido na Nota 2.a), não foram reconhecidos os custos das facturas de 2008 e que deram entrada no Sindicato em Janeiro de 2009, assim como não foram considerados os acréscimos de custos resultantes da facturação Mediante Tabela.

19 - Actividade Sindical

	2008	2007
ASSISTÊNCIA NA DOENÇA (SAMS)		
Serviços prestados pela Victória	4.300.890,41	4.665.553,32
Comparticipação - Facturação	10.188.703,78	13.097.723,78
Comparticipação - Directa	6.316.922,97	5.426.214,68
Farmácias	4.405.797,28	5.198.240,52
3ª Idade - Lares e Casas de Repouso	81.876,51	90.123,37
Outros	3.448,50	11.294,10
	25.297.639,45	28.489.149,77
FUNDO PRIVATIVO DE ASSISTÊNCIA		
Comparticipações	1.500.972,66	1.537.589,93
Subsídios	373.381,87	329.105,85
	1.874.354,53	1.866.695,78
CUSTOS DA ACTIVIDADE SINDICAL		
Conselho Geral	1.350,00	1.350,00
	1.350,00	1.350,00
	27.173.343,98	30.357.195,55

Ver Nota 2.a) quanto à especialização do exercício.

20 - Fornecimentos e Serviços Externos

	2008	2007
Electricidade	21.744,84	30.423,15
Material de escritório	76.856,72	52.003,24
Artigos para oferta	42.000,00	9.604,00
Rendas e alugueres	104.623,96	88.632,21
Comunicação	404.014,95	481.078,09
Deslocações e estadas	150.180,42	164.502,77
Honorários	291.141,51	286.289,52
Contencioso e notariado	56.095,23	73.355,73
Conservação e reparação	36.312,36	7.976,95
Publicidade e propaganda	270.266,87	256.253,43
Limpeza, higiene e conforto	51.035,11	47.824,63
Vigilância e Segurança	105.103,23	112.464,72
Trabalhos especializados	249.982,94	354.640,41
Informação aos sócios	126.347,93	271.938,84
Formação	9.342,00	7.087,04
Diversos	107.443,47	82.522,54
	2.102.491,54	2.326.597,27

Ver Nota 2.a) quanto à especialização do exercício.

21 - Custos com o Pessoal

	2008	2007
Remunerações dos órgãos sociais	364.007,90	233.004,00
Remunerações do pessoal	1.381.003,89	1.198.005,95
Encargos sobre remunerações	357.258,95	287.759,48
Outros custos com o pessoal	75.981,12	43.251,80
	2.178.251,86	1.762.021,23

22 - Impostos

Respeita, essencialmente, a pagamentos do Imposto de Selo (5%) e INEM (1%) que incidem sobre os prêmios dos serviços exclusivamente administrativos, efectuados pela Vitória, equiparados a um seguro de saúde e suportados no exercício.

23 - Outros Custos Operacionais

Esta rubrica compreende, principalmente, os custos relativos às quotizações mensais pagas ao FSI - Fórum dos Sindicatos Independentes, USI - União dos Sindicatos Independentes, CEC - Confédération Européenne des Cadres e FECEC – Fédération Européenne des Cadres des Établissements de Crédit et Institutions Financières.

Inclui, igualmente, custos suportados com a realização de alguns eventos, nomeadamente, torneios de golf e as comemorações dos 25 anos do Sindicato.

24 - Prestação de Serviços

	2008	2007
Contribuições	32.574.686,41	29.505.057,34
Quotizações	4.211.758,01	3.836.796,27
Fundo Privativo de Assistência	2.077.457,64	1.908.101,63
Contribuições Beneficiários (+25anos)	45.950,00	50.150,00
	38.909.852,06	35.300.105,24

As contribuições mensais do SAMS, efectuadas pelas Instituições de Crédito e pelos sócios, são, na generalidade, calculadas numa base de 6,50% e 1,50%, respectivamente, sobre a massa salarial.

Os restantes proveitos referem-se às contribuições mensais efectuadas pelos sócios, calculadas numa base de 1% (quotizações) e 0,5% (FPA) sobre a massa salarial dos sócios.

A rubrica “Contribuições Beneficiários +25 anos” engloba o desconto, por parte dos sócios, de 50 euros mensais, por cada dependente com idade superior a 25 anos, de modo a que estes continuem como beneficiários do SAMS/QUADROS.

25 - Proveitos Suplementares

Esta rubrica é, essencialmente, composta por proveitos provenientes da comparticipação nas despesas de manutenção por parte de algumas entidades sindicais que ocupam as nossas instalações da Avenida Miguel Bombarda, em Lisboa.

26 - Outros Proveitos Operacionais

Respeita, principalmente, à facturação dos encargos de promoção, divulgação e envio do cartão GALP/Frota aos associados do SNQTB.

27 - Resultados Financeiros

	2008	2007
PROVEITOS		
Juros de depósitos à ordem	160.398,80	102.825,81
Juros de depósitos a prazo	93.360,70	64.200,51
Obrigações e títulos de participação	94.926,24	168.530,03
Fundos	171.632,00	147.036,00
Rendimentos de participações de capital	54.266,78	54.687,53
Outros	72.584,45	633,39
	647.168,97	537.913,27
CUSTOS		
Juros suportados	(217,82)	(1.216,29)
Outros	(50.772,51)	(31.647,05)
	(50.990,33)	(32.863,34)
	596.178,64	505.049,93

28 - Resultados Extraordinários

	2008	2007
PROVEITOS		
Restituição de impostos	–	63,26
Ganhos em imobilizações	2.000,00	86.031,52
Correcções relativas a exercícios anteriores	4.597,41	3.740,09
Outros	17.702,79	5.938,54
	24.300,20	95.773,41
CUSTOS		
Donativos	(2.000,00)	(25.676,40)
Multas e penalidades	(491,46)	(208,90)
Correcções relativas a exercícios anteriores	(40.964,79)	(2.939,89)
Outros	(64.826,78)	(45.743,65)
	(108.283,03)	(74.568,84)
	(83.982,83)	21.204,57

O Técnico Oficial de Contas

Dr^a. Isabel Maria Oliveira

A Direcção

Dr. Afonso Diz e Dr. António Vale



AO SERVIÇO DOS
QUADROS BANCÁRIOS

ANOS

1900
11890

4

Relatório e Parecer dos Auditores

Certificação das Contas

Exercício de 2008

Introdução

1. Examinei as demonstrações financeiras do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários, as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de 30.066.676,25 € e um total de capital próprio de 22.356.796,17 €, incluindo um resultado líquido positivo de 7.272.939,60 €), a demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo naquela data e as correspondentes notas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Direcção do Sindicato a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da entidade e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.
4. A Direcção do Sindicato, não se encontrando abrangida pelo disposto no art. 2º do Decreto-Lei nº 410/89 de 21 de Novembro, entende que a "forma verdadeira e apropriada" das demonstrações financeiras da entidade é assegurada, utilizando apenas parcialmente, os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal. Assim, de acordo com esta política, a informação contabilística foi preparada sem atender ao princípio da especialização e aos critérios de valorimetria dos investimentos financeiros, referidos, respectivamente, nos pontos 4 e 5.4 do Plano Oficial de Contabilidade.

Âmbito

5. Excepto quanto às limitações descritas no parágrafo nº 8 abaixo, o exame a que procedi foi efectuado de acordo com as normas técnicas e as directrizes de revisão/auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direcção do Sindicato, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

6. O meu exame abrangeu, também, a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
7. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

Reserva

8. Os saldos de fornecedores não foram examinados com a extensão planeada para obter um grau de segurança aceitável, dado que não foram recebidas respostas à circularização efectuada, da parte de um número significativo dessas entidades. Por outro lado, em relação às respostas recebidas, não foi possível obter as respectivas reconciliações dos saldos.

Opinião

9. Em minha opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas no parágrafo nº 8 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários, em 31 de Dezembro de 2008 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com a política referida no ponto 4.

Lisboa, 30 de Março de 2009

O Auditor

Dr. Francisco Xavier Alves
ROC 1112



AO SERVIÇO DOS QUADROS BANCÁRIOS

25 ANOS

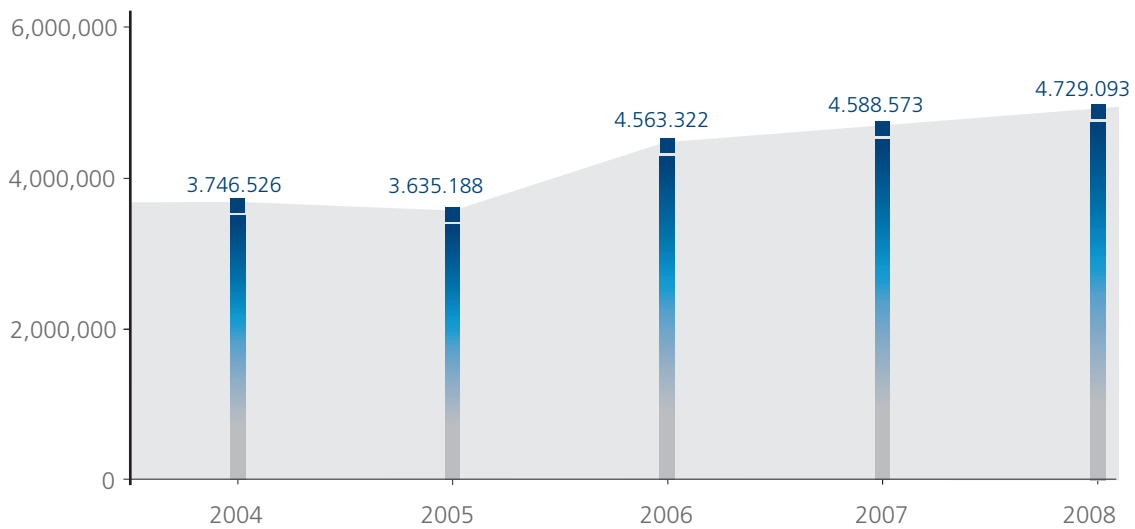
1900
11890
11890

5

Evolução das Principais Rúbricas
Económico-Financeiras

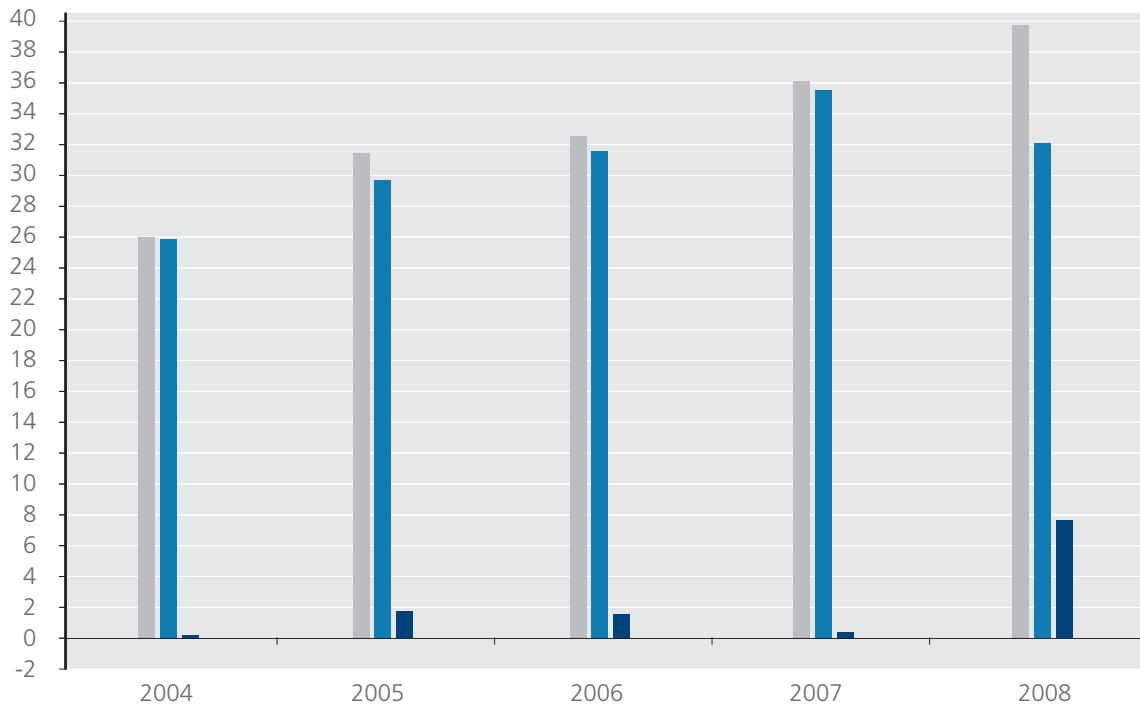
Evolução do Imobilizado Corpóreo Líquido

valores em euros



Evolução dos Resultados Líquidos

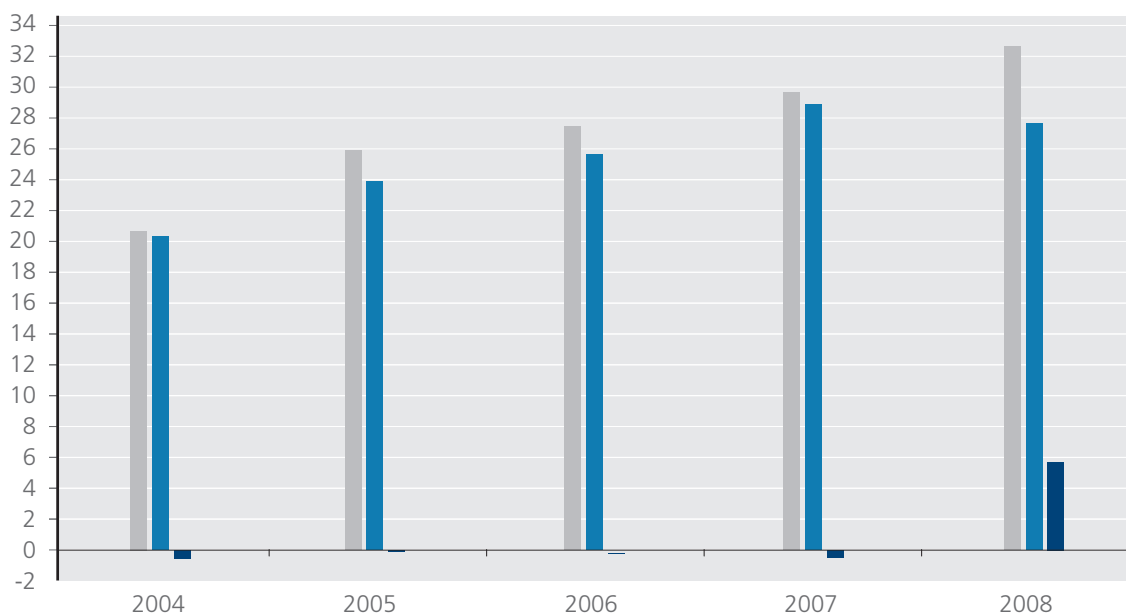
valores em M€



■ Proveitos	26.085.258,21	31.212.427,03	32.744.468,51	35.989.735,49	39.621.701,55
■ Despesas	25.696.851,03	29.527.625,47	31.172.757,48	35.239.387,41	32.348.761,95
■ Resultados Líquidos	388.407,18	1.684.801,56	1.571.711,03	750.348,08	7.272.939,60

Evolução das Contribuições/Comparticipações

valores em euros



■ Contribuições	20.932.342,91	25.789.708,18	26.953.453,94	29.505.057,34	32.574.686,41
■ Custos Acção Médico-Social	20.266.101,85	23.817.882,65	24.959.916,68	28.489.149,77	25.297.542,25
■ Resultados Líquidos	-956.195,04	12.886,61	-23.439,24	-853.495,24	5.258.627,34



6

SAMS/QUADROS
Análise de Custos e Comparticipações

Evolução dos Custos da Acção Social (Biénio 2008/2007)

1 - Variação em valor absoluto

Garantia	2008	2007	Varição 08/07
Internamento Hospitalar	3.030.487,33 €	3.431.031,76 €	-11,67%
Consultas, Tratamentos e Exames	12.454.908,93 €	14.690.184,54 €	-15,22%
Medicamentos	4.621.011,19 €	5.541.473,39 €	-16,61%
Óculos e Outras Próteses	1.835.181,66 €	1.421.403,99 €	29,11%
Estomatologia	2.452.253,83 €	2.162.460,26 €	13,40%
Parto	903.796,51 €	1.242.595,83 €	-27,27%
Total	25.297.639,45 €	28.489.149,77 €	-11,20%

2 - Variação do peso relativo nos custos globais

Garantia	2008	2007	Varição 08/07
Internamento Hospitalar	11,98%	12,04%	-0,50%
Consultas, Tratamentos e Exames	49,23%	51,56%	-4,52%
Medicamentos	18,27%	19,45%	-6,07%
Óculos e Outras Próteses	7,25%	5,00%	45,00%
Estomatologia	9,70%	7,59%	27,80%
Parto	3,57%	4,36%	-18,12%
Total	100,00%	100,00%	

SAMS/QUADROS

Pagamentos à Companhia de Seguros Victória

Garantia	2008	2007
Prémios	4.300.890,41 €	4.665.553,32 €
I.N.E.M.	43.008,91 €	46.655,55 €
Imposto de Selo	215.044,52 €	233.277,65 €
Total	4.558.943,84 €	4.945.486,52 €

Pagamentos Efectuados directamente pelo SAMS/QUADROS

Garantia	2008	2007
Internamento Hospitalar	3.030.487,33 €	3.428.631,99 €
Consultas, Tratamentos e Exames	4.621.011,19 €	5.529.347,40 €
Medicamentos	9.544.635,72 €	11.498.677,64 €
Óculos e Outras Próteses	444.564,46 €	30.212,74 €
Estomatologia	2.452.253,83 €	2.097.337,32 €
Parto	903.796,51 €	1.239.389,36 €
Total	20.996.749,04 €	23.823.596,45 €



AO SERVIÇO DOS
QUADROS BANCÁRIOS

25
ANOS

1900
11890



Serviço de Atendimento Jurídico

Balanço Sintético da Actividade do Serviço de Atendimento Jurídico do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários

Ano de 2008

Processos Judiciais pendentes

I - Sócios contra Instituições de Crédito (foro laboral)	22
II - Sindicato contra Sócios	25
III - Sócios contra Sindicato	1
IV - Queixas crime	1

Processos Judiciais intentados (no ano)

I - Sócios contra Instituições de Crédito (foro laboral)	7
II - Sindicato contra Sócios	0
III - Sócios contra Sindicato	0
IV - Queixas crime Sindicato vs incertos	1

Processos Judiciais findos (no ano)

I - Sócios contra Instituições de Crédito (foro laboral)	8
II - Sindicato contra Sócios	13
III - Sócios contra Sindicato	0

Processos Disciplinares

	Instaurados	14
Instituições de Crédito contra Sócios	Pendentes	5
	Findos	18 (sendo 9 de 2008 e 9 de 2007)

Recuperação de Crédito

Judicial	9.624,95€
Extrajudicial	12.034,96 €

Atendimento Telefónico

Nota: Para além da actividade acima descrita, o S.A.J. deu apoio à Direcção do SNQTB em diversas áreas sendo de realçar as seguintes:

- Revisão do ACT do Sector Bancário;
- Acordo de empresa da Caixa Geral de Depósitos;
- Acordo de Empresa do BANIF;
- Acordo de Empresa do Banco de Portugal;
- Acordo de Empresa do CFBES;
- Negociações com vista à Revisão do ACT do Grupo BCP;
- Elaboração de comunicados aos sócios e anúncios;
- Cartas endereçadas a diversas entidades;
- Fundo de Pensões;
- Elaboração de pareceres e informações;
- Instrução de processos de averiguações e disciplinares internos;
- Assessoria nas reuniões da Direcção;
- Projecto de internacionalização do SNQTB;
- Recuperação de crédito (2.ª fase).

Apoio ao Conselho Coordenador da União dos Sindicatos Independentes

- Intervenção na Plataforma Laboral contra a SIDA;
- Apoio jurídico ao SIB;
- Apoio jurídico ao SICOS e ao SITAP, inclusive em processos judiciais em que esteve em causa a legalidade dos estatutos desses Sindicatos.

Lisboa, 19 de Março de 2009

O Serviço de Atendimento Jurídico

Os Advogados

Franklin de Sousa e Mello

Margarida Geada Seoane

José Eduardo Oliveira

Paula Ribeiro

António Pais Afonso



AO SERVIÇO DOS QUADROS BANCÁRIOS

ANOS

1900
11890



Órgãos Sociais

Órgãos Sociais

Nos termos do articulado relevante dos Estatutos do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários, a composição dos Órgãos Centrais é como se passa a indicar:

Mesa Unificada da Assembleia Geral e do Conselho Geral

Presidente	Joaquim Esteves Saloio
Vice- Presidente	Luís Alberto Ferraz da Silva
Secretário	Maria da Graça Esteves

Direcção

Presidente	Afonso Pires Diz
Vice-Presidente	João da Rocha Oliveira e Silva
Tesoureiro	António José Andrade da Silva Vale
Secretária	Maria Cesaltina Henriques
Vogal	Francisco José P. de Almada Burguete
Vogal	Dário Alves Águia
Vogal	Rui Daniel R. de Freitas Sousa
Vogal	José Manuel Mendes Gonçalves
Vogal	Manuela Delgado

Conselho Fiscal

Presidente	Ana Cristina Silva Dias Gouveia
Vogal	Luís Bento da Silva Rosa
Vogal	Paula Oliveira e Silva

Conselho da Disciplina

Presidente	José F. A. Oliveira Costa
Vogal	Horácio Andrade Pereira
Vogal	Carlos Justo Marques

FICHA TÉCNICA

Concepção Gráfica:

Modos de Ver - Design e Comunicação, Lda.

Coordenação:

Maria João Vieira

Impressão:

MR - Artes Gráficas, Lda.

N.º de exemplares:

15 500

Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários

Rua Pinheiro Chagas, 6 - 1050-177 Lisboa Telefone: 213 581 800 Fax: 213 581 859 snqtb@snqtb.pt www.snqtb.pt